



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

CORRELAÇÕES ENTRE A ARQUITETURA SOVIÉTICA E A CONDIÇÃO DA MULHER NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA URSS

Larissa Nunes Sena Gomes (1)

(Universidade Federal da Bahia - larissa.nsenag@gmail.com)

Resumo: A construção do espaço, público ou privado, é fruto da sobreposição de múltiplos fatores socioculturais. Vivenciamos uma sociedade pautada pela desigualdade e invisibilidade de sujeitos que fogem do ideal postulado pelo padrão normativo. Com efeito, a produção do ambiente construído, assim como a detenção de poder e das práticas de maior prestígio social têm sido feitas por homens que, além de reproduzirem as estruturas de opressão, criaram uma ambiência que reforça e perpetua os marcadores sociais de diferenciação – em especial gênero e raça. Posto a não neutralidade da prática arquitetônica e urbanística, é possível observar a manifestação de diversos discursos ideológicos em tais práticas ao longo da história. O movimento modernista europeu representa o máximo exemplo desta afirmação, ao caracterizar uma ruptura com as vanguardas anteriores e uma resposta ao momento socioeconômico e político daquele contexto. A arquitetura modernista encontra no Estado Soviético um campo fecundo de desenvolvimento resultante da urgência necessidade de avanço industrial e de reconstrução das cidades assoladas pela guerra, através de uma nova lógica que garantisse a melhoria na qualidade de vida da população baseada na tríade: saúde, educação e cultura. Este artigo busca apontar as correlações entre as práticas arquitetônicas produzidas no primeiro momento do Estado Soviético (1917-1940) e os discursos de emancipação feminina da realização exclusiva das atividades de serviço doméstico. Objetiva-se ainda evidenciar as contribuições da teoria feminista socialista, sobretudo as considerações do pensamento de Alexandra Kollontai, acerca da condição da mulher na sociedade e sua influência na formação da habitação modernista soviética.

Palavras-chave: Arquitetura soviética; Espaços de serviço doméstico; Estado soviético.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Trabalhadoras

INTRODUÇÃO

A construção do espaço, seja de caráter público ou privado, é fruto da sobreposição de múltiplos fatores sociais e culturais. Vivenciamos uma sociedade pautada pela desigualdade e pela invisibilidade de sujeitos que fogem da concepção ideal postulada pelo padrão normativo. Com efeito, a produção do ambiente construído, assim como a detenção de poder público e das práticas de maior valor e prestígio social têm sido feitas por homens que, além de reproduzirem as estruturas de opressão, criaram uma ambiência coletiva que reforça e perpetua os marcadores sociais de diferenciação – dentre eles, em especial, gênero e raça.

Essa constante distinção é facilmente observada em todos os níveis do discurso arquitetônico, como sublinha Wigley (1992) ao listar as várias diferenciações ocorridas neste campo: nos rituais de legitimação, nas práticas de contratação, sistemas de classificação, técnicas de leitura, imagens publicitárias, formação de cânones, divisão do trabalho, bibliografias, legislações, estruturas salariais, linguagem, ética profissional, créditos de projeto etc. Cada uma dessas ações ilustra o local de subordinação socialmente definido para as mulheres e todos os mecanismos que sustentam essa estrutura.

Posto a não-neutralidade da prática arquitetônica e urbanística, é possível observar a manifestação de diversos discursos ideológicos e políticos em tais práticas ao longo da história da humanidade.

O movimento modernista europeu representa o máximo exemplo de tal afirmação, ao se caracterizar como um ponto de ruptura com as vanguardas anteriores e uma resposta ao momento socioeconômico e político vivenciado naquele contexto. A arquitetura modernista encontra no, então, recente Estado Soviético um campo amplo e fecundo de desenvolvimento, justamente pela urgente necessidade de desenvolvimento industrial e de reconstrução das cidades assoladas pela guerra, a partir de uma nova lógica que garantisse a melhoria na qualidade de vida da população, não apenas no aspecto econômico, mas também baseado na tríade: saúde, educação e cultura.

O cerne de ação do Estado soviético foi a instituição de uma sociedade sem distinções de classe, ou com a fundação de uma única categoria comum, a da classe trabalhadora. Sob a ótica da teoria marxista, que representava o direcionamento ideológico de ação da URSS, com o fim das estruturas de classe, todas as demais matrizes de opressão seriam extintas naturalmente. Reiterando tal



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre as Relações de Trabalho e o Espaço

pensamento, Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p. 599) afirmam que a divisão sexual do trabalho é fruto do surgimento da sociedade de classes e ressaltam “a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.).”

A arquitetura soviética pode ser entendida como a materialização da ideia de uma sociedade sem distinções de classe. O modus operandi modernista de planejar o espaço privado parte do modelo funcional/setorizado e perpetua os papéis tradicionais de gênero, ao manter os dogmas sobre a moradia e as formas de morar. A importância da produção habitacional elaborada na URSS é vital na discussão sobre a lógica sexista presente no pensamento projetual arquitetônico hegemônico, representando uma tentativa de buscar novas concepções e arranjos tipológicos que contribuíssem no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, sobretudo para a condição das mulheres soviéticas. A coletivização das atividades de manutenção do lar e da família impulsionaram a formulação de novos espaços (como cozinhas, refeitórios e lavanderias coletivas) e a transformação das habitações, possibilitando outras formas de vivência e interação entre homens e mulheres.

1. A CONDIÇÃO DA MULHER NA TEORIA MARXISTA

Para compreender o local ocupado pelos dilemas femininos ligados à sua opressão dentro do Estado Soviético, é preciso localizar no discurso marxista como a emancipação feminina era tratada, uma vez que, enquanto ideologia política, a teoria marxista funcionava como um guia de ação socialista e de transição para o comunismo.

Apesar dos escritos iniciais de Marx e Engels acerca da opressão feminina, é apenas na obra *A Ideologia Alemã* (1846) que são discutidos os impactos oriundos da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres. Partindo da ideia de que esta subordinação tem bases econômicas e que o primeiro passo para a emancipação seria a incorporação da mão-de-obra feminina no trabalho social produtivo, Heleieth Saffioti (1976) afirma:

“Acho que aqui cabe melhor “Essa” divisão do trabalho, que implica todas essas contradições e repousa, por sua vez, sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas às outras, essa divisão do trabalho implica, ao mesmo tempo, a repartição do trabalho e de seus produtos, distribuição desigual, na verdade, tanto quanto à quantidade como quanto à qualidade; onde a mulher e os filhos são



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas
em Ciências Humanas e Sociais

os escravos do homem. A escravidão certamente muito rudimentar e latente na família é a primeira propriedade que, aliás, corresponde já plenamente aqui à definição dos economistas modernos segundo a qual ela é a livre disposição da força de trabalho de outro.” (SAFFIOTI, 1976, p.76)

Alena Heitlinger (1980) sublinha que o nível de discussão acerca da subordinação das mulheres não correspondia ao grau de sofisticação alcançada pela análise marxista do marcador social classe, revelando sua categorização como uma questão sem prioridade política, apesar da consciência de sua existência por parte da maioria dos teóricos, como é possível observar a partir da comparação do volume de escrita de ambos os temas de debate.

O papel ocupado pela obra de Engels, “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, é de extrema relevância nessa discussão, pois fornece a base analítica de explicação das “instituições sexistas como fenômenos sociais, como fatos no tempo e como uma resposta possível a problemas humanos, e não como um fato natural irrevogável.” (NYE, Andrea, 1999, p. 56). A análise de Engels é necessária para esclarecer a suposta subjugação das mulheres em relação à ascensão da propriedade privada, distinções de classe, produção de mercadorias e o isolamento econômico da família. Apesar

disso, o autor naturaliza a divisão sexual do trabalho e define sua existência anterior à criação da família e da propriedade privada, ignorando sua relevância na discussão acerca da subordinação.

“A divisão do trabalho é puramente primitiva, só entre os sexos. O homem luta nas guerras, vai caçar e pescar, providencia as matérias-primas do alimento e as ferramentas necessárias para isso. A mulher cuida da casa e da preparação de alimentos e vestuário, cozinha, tece, costura. Prover as necessidades da vida sempre foi a ocupação dos homens. Ele produziu e possuiu os meios para isso.” (ENGELS, *apud* NYE, 1999, p. 84)

A equidade social entre homens e mulheres, nessa visão, ocorreria apenas quando o ingresso feminino na esfera pública fosse garantido, através da revolução socialista. A emancipação feminina (vista de forma secundária), na família e no mercado de trabalho, seria uma das consequências da superação das explorações e opressões de classe. Em suma, a abolição da propriedade privada e sua substituição pela propriedade social e controle dos meios de produção eram as pré-condições fundamentais para o fim da subordinação das mulheres.

Além do estímulo à introdução das mulheres nos meios de produção social, a coletivização do trabalho doméstico e a socialização do



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

cuidado e educação das crianças foram estratégias estruturais planejadas para a nova sociedade socialista como mecanismos de garantia à emancipação feminina. Como no Estado socialista a propriedade privada é abolida e o controle dos recursos é feito pelo poder central, os custos substanciais envolvidos no processo de unificação da produção de mercadorias e do trabalho doméstico poderiam ser disseminados por toda a sociedade (HEITLINGER, 1980).

No âmbito individual de emancipação feminina, a contribuição de Engels apresenta pouco valor para a discussão, uma vez que seu pensamento sobre as relações entre homens e mulheres se concentra ainda na ideia de monogamia e amor romântico, além de ter um caráter especulativo. A obra de Alexandra Kollontai, feminista russa de destaque internacional, vem suprir as lacunas deixadas pelos trabalhos de Marx e Engels. Feminista, socialista e militante do partido bolchevique, Kollontai centralizou seu pensamento sobre a subordinação feminina, tanto no âmbito social, quanto pessoal e psíquico, antes, durante e após a Revolução, e afirmava ser necessário superar a base moral da família, para ocorrer, de fato, a emancipação das mulheres.

Kollontai entendia que todas as relações humanas deveriam fundamentar-se no amor, na liberdade total, igualdade, amizade genuína e no amor livre. Se colocando, portanto, em

oposição às conformações da categoria família, vivenciadas até então, simbolizada pelo casamento monogâmico, que representavam a ideia de posse do homem sobre a mulher. A autora observava que tal ideia de possessão se refletia também nas formas de ocupação dos espaços públicos e privados, de modo que a esfera pública era regelada ao controle masculino, assim como o poder político, enquanto que a vida feminina era limitada à esfera privada, ao redor dos núcleos familiares.

A ideologia burguesa alimenta o pilar da família como única forma de manifestação de amor estabelecida exclusivamente através do casamento. Para Kollontai, esse regime evidenciava a hipocrisia e falência dos moldes da moral burguesa, nos quais a prostituição e o adultério eram constantemente praticados. Em paralelo, na sociedade socialista, na qual todas as pessoas são operárias, o amor estaria baseado na colaboração e funcionaria como força social e psíquica (KOLLONTAI, 1978).

Em toda sua obra, Kollontai afirma ser impossível tratar de um progresso da humanidade sem que a questão da emancipação feminina seja o cerne da discussão. Para a autora, em linhas gerais, com a modificação do sistema político e econômico para a consolidação do Estado socialista, as alterações nas condições de subordinação das mulheres seriam evidentes:



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre a Liberação das Mulheres do Trabalho

libertando-se das atividades domésticas, as mulheres passarão a dedicar-se às questões coletivas; os cuidados com os filhos, idosos e doentes não seriam mais sua função exclusiva, mas um item coletivizado e garantido pelo Estado, que assegurará todas as condições para sua sobrevivência, assim como a educação infantil (KOLLONTAI, 1978).

2. JENOTDEL E A FAMÍLIA NO ESTADO SOCIALISTA

Com a implantação do Estado soviético, mudanças estruturais foram propostas na tentativa de responder às pautas femininas e possibilitar sua emancipação. Os estímulos para a inserção de mulheres na força laboral partiam da ideia de que, nesta nova sociedade, todas as pessoas, antes de tudo, eram trabalhadoras que deveriam colaborar, de maneira unânime, na produção de riquezas e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico do Estado. Essa postura, alvo da análise de Kollontai, representa uma quebra de paradigmas no cotidiano das mulheres, uma vez que simboliza a possibilidade da conquista de uma autonomia tanto em nível individual, quanto coletivo. O trabalho não-doméstico, além de ser uma fonte de renda e promover a independência financeira em relação aos seus companheiros, garantia o acesso ao espaço público e possibilitava o contato e a organização coletiva das trabalhadoras, enquanto categoria fortemente ativa.

A partir dessa estruturação, em 1919 é criado o Jenotdel, o departamento de mulheres do Partido Comunista, que objetivava a emancipação feminina e a transformação dessas mulheres, como colocado por Thaiz Senna: “permitisse que a antiga mulher (supersticiosa, religiosa, submissa, despolitizada, analfabeta, não comunista) virasse uma Nova Mulher, nos termos caracterizados por Kollontai”, claramente opostos e revolucionários (SENNA, 2017, p. 114).

Nesse sentido, é preciso salientar que o discurso de libertação feminina já acontecia antes mesmo do nascimento da URSS. À época da revolução, podemos citar Lenin como um dos militantes mais avançados em relação à igualdade de gênero. Em “Um Grande Começo”, (LENIN 1919 *apud* HAYDEN, 1982) ele afirma que a verdadeira emancipação das mulheres e o verdadeiro comunismo só começariam com o fim das amarras do trabalho doméstico realizado exclusivamente por mulheres. Lenin argumentava que a habitação com serviços coletivos permitiria a participação feminina na produção industrial do Estado. O local de trabalho e a moradia deviam se tornar um só, o qual, nas cozinhas - como fábricas -, seriam preparadas as refeições, as lavanderias mecânicas centrais lavariam as roupas, as crianças seriam



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

ensinadas em instituições públicas e o aquecimento central seria acessível a todos.

O Jenotdel foi uma importante estrutura para a categoria de mulheres na era de mudanças e transformações na sociedade soviética, sobretudo nas concepções e estruturações da instituição família de âmbito legal. Senna (2017) afirma ter sido necessário não apenas eliminação das leis retrógradas da antiga legislação, como também a criação de novas leis que favorecessem a colocação da mulher em um novo patamar na URSS, um lugar respaldado pelo poder social que, historicamente até então, correspondia somente ao homem.

Com efeito, O Primeiro Código soviético da família, instituído em 1917, buscava fundamentar os questionamentos acerca do papel da mulher e do homem no âmbito doméstico, e o próprio poder patriarcal. Questões como o divórcio, a maternidade, o aborto, a educação infantil e a realização das atividades domésticas, passaram a ser discutidas coletivamente a partir dessa perspectiva progressista e entendidas como força de trabalho. Segundo Barradas (2017), foram abolidas disposições penais contra homossexualidade, incesto e adultério e a maternidade passou a ser categorizada com um dever social. Sobre o aborto, Kollontai sublinha:

“(...) a República dos trabalhadores reconheceu que o aborto não era um delito. Essa lei foi promulgada por iniciativa e com a fervorosa participação da seção das mulheres. ” (KOLLONTAI *apud* BUONICORE, 2007, p. 8)

Apesar da inegável importância, a introdução das novas legislações per si não era suficiente para garantir o fim da subordinação feminina na URSS. Como apontado por Senna (2017, p. 104) “uma sociedade não seria convencida de mudanças tão profundas em seu cotidiano apenas com o texto escrito. Os problemas tinham suas raízes fincadas em práticas sociais que ultrapassavam os mecanismos legais. ” A solução encontrada pelo Estado foi a criação de instituições públicas e gratuitas, como cozinhas, lavanderias, creches e escolas, além do investimento em propaganda, na qual constava a mulher como figura pública e política, a fim de convencê-la que também ela poderia ocupar aquele lugar (ver Figura 01).



Figura 01. “Abaixo à escravidão na cozinha! Dê-nos uma nova existência!” Fonte: CHEGAL, 1931, *apud* SENNA, 2017.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas em Arquitetura e Urbanismo

Apesar dos avanços obtidos com a criação do Jenotdel, o Estado, além do próprio Partido Comunista, apresentava contradições no que concerne à liberdade feminina da realização exclusiva das atividades domésticas. Com a implantação das lavanderias, cozinhas, restaurantes e creches coletivas, observou-se o incentivo à ocupação dos postos de trabalho nestes espaços pelas mulheres trabalhadoras com a justificativa de que elas, mais que os homens, tinham conhecimento prévio do serviço e por isso estariam melhores preparadas para desempenhar tais funções. Se, por um lado, as atividades de cuidado e reprodução passaram por uma transformação da esfera privada para a pública, onde as mulheres serviriam não apenas seu próprio núcleo familiar, mas toda a coletividade; por outro, esta transformação representou um avanço positivo na condição financeira das trabalhadoras, uma vez que, em virtude do caráter público das atividades de cuidado, o Estado legitimava as tarefas domésticas (como limpar, cozinhar, lavar e cuidar das crianças) como trabalho de fato, remunerando-as pelas mesmas tarefas que realizavam anteriormente no âmbito doméstico (SENNA, 2017).

3. STROIKOM E OS NOVOS ARRANJOS TIPOLÓGICOS

Todas essas modificações e reestruturas vivenciadas no campo político, legislativo e econômico após a Revolução de Outubro,

também se refletiram no que concerne às questões habitacionais. Em 1927, o Estado soviético começou um intenso processo de transformação social baseado em um novo regime de ocupação do solo, que buscava resolver as demandas da população, principalmente as questões ligadas à moradia. A solução, então, conectava as limitações econômicas e técnicas às transformações sociais exigidas pela coletividade, com o intuito de promover uma mudança imediata no modo de vida da população e, principalmente, no espaço doméstico.

Com a necessidade de consolidação da sociedade revolucionária comunista, as reformas da vida cotidiana, *novyy byt*, fundamentadas na ideologia marxista e na sua materialização não apenas pelo viés da literatura ou da filosofia, mas, principalmente, pelas vias da industrialização do país. Neste sentido, Vega afirma que “cada indivíduo teria a possibilidade de acesso real à cultura - não apenas seus apêndices - e isso seria impossível sem a criação prévia de um cenário sólido e moderno” (VEGA, 2015, p. 89, tradução nossa).

A consolidação desta infraestrutura deu origem a ampla discussão, inovação e experimentação das vanguardas arquitetônicas emergentes. Sob esta ótica é importante salientar o papel que o grupo construtivista, identificados pela Associação de Arquitetos Contemporâneos



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas em Arquitetura e Urbanismo

(OSA), adquiriu dentro da sociedade comunista. Este grupo buscou abordar diferentes soluções para o *novyy byt*¹, através de propostas popularizadas pelos concursos arquitetônicos convocados entre 1924 e 1926, na sua publicação periódica, a revista *Sovremennaya Arkhitektura* (SA). Por meio da SA, a OSA ganhou popularidade e firmou um diálogo aberto e acessível entre a sociedade e o regime soviético. Com um total de vinte e sete publicações, a revista atuou como um fórum de discussão constante sobre questões relacionadas ao planejamento urbano, arquitetura, em todas as suas escalas, a padronização de projetos e sua efetiva construção.

Na terceira edição da SA, publicada em 1926, a OSA anunciou uma competição interna cujo objetivo era chegar no projeto ideal da nova morada do proletariado. Entendendo a importância da participação popular e técnica na elaboração do conceito de moradia ideal, os membros da OSA investigaram as principais demandas dos grupos sociais através de uma pesquisa que forneceria todas as informações necessárias para a viabilidade dos projetos. Vega (2015) sublinha a atenção dada às questões de gênero ligadas ao espaço doméstico e à libertação das mulheres das tarefas de manutenção do lar e afirma que:

“Os arquitetos do OSA questionavam os trabalhadores sobre os limites e definições das esferas individuais e comunitárias e partiam do pressuposto da subordinação social das mulheres, escravizadas (sic) em casa e subjugadas da esfera pública, considerando as implicações que a organização dos alimentos e os processos de serviço público desempenhavam na situação econômica de todo o país. “ (VEGA, 2015, p. 109, tradução nossa).

Na edição dupla da revista SA publicada em 1927, os editores ilustraram um total de oito propostas apresentadas pelos membros da OSA. De modo geral, todos os projetos caracterizavam-se pela adoção de uma linguagem modernista, e, apesar da imprecisão do programa, as propostas apresentavam espaços coletivos de estar e de serviço, como refeitórios, cozinhas, bibliotecas e salas de leitura, oficinas, lavanderias e jardins de infância, que compensavam a restrição da área útil superficial nas habitações.

Em 1928, o Estado Soviético criou um órgão que se encarregava, exclusivamente, da regulamentação geral e racionalização das questões ligadas à construção em todo o território nacional, o comitê *Stroykom*. O surgimento deste comitê ocorreu em um período economicamente bastante favorável

¹ A expressão *novyy byt* significa a nova vida cotidiana relacionada à vida material, funcionando como uma

expressão que sintetiza a ideia do “novo homem” e da “nova mulher” soviéticos.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

para o setor da construção: o Estado havia adotado um conjunto de medidas para alcançar a industrialização acelerada do país, cujo objetivo era conduzir à autossuficiência da URSS.

A construção de moradias para trabalhadores no país era uma prioridade. Sobre esse aspecto, Vega (2015) sublinha a necessidade de combinação da adaptação ao crescimento do socialismo no país à demanda habitacional das famílias trabalhadoras. Através de uma série de princípios norteadores, o comitê *Stroykom* desenvolveu processos analíticos e avaliativos, que tornariam possível a pesquisa das unidades habitacionais dentro do Departamento de Tipologias, criado com o objetivo de estudar exclusivamente a padronização e estandardização da nova moradia do proletariado. O trabalho desenvolvido pelo Departamento de Tipologias foi realizado em cinco estágios consecutivos. A metodologia aplicada, definida a partir da observação, foi articulada com o suporte do método funcional e dividida em diferentes estágios.

“O primeiro estágio, diagnóstico, definiria o ponto inicial de desenvolvimento dos novos tipos de habitação. O segundo estágio, racionalização, possibilitaria novos estudos que levariam a otimizar modelos existentes. A terceira fase, combinação, agruparia modelos espaciais arquitetônicos em arranjos diversificados, que poderiam ser avaliados de

maneira genérica a partir de considerações estritamente econômicas. Um quarto estágio, ajuste, estabeleceria as condições de iluminação e de afastamentos que permitiriam otimizar o ajuste das células no bloco. Finalmente, em uma fase final, todos os novos tipos residenciais seriam definidos de forma concreta.” (VEGA, 2015, p. 186, tradução nossa).

A série de unidades residenciais apresentada pelo Departamento de Tipologias consistiu no agrupamento e combinação de seis modelos volumétricos, designados pelas letras A, B, C, D, E e F, que diferiam no tipo de circulação, no número de pavimentos, na quantidade de quartos e no tipo de cozinha adotada (ver Figura 02).

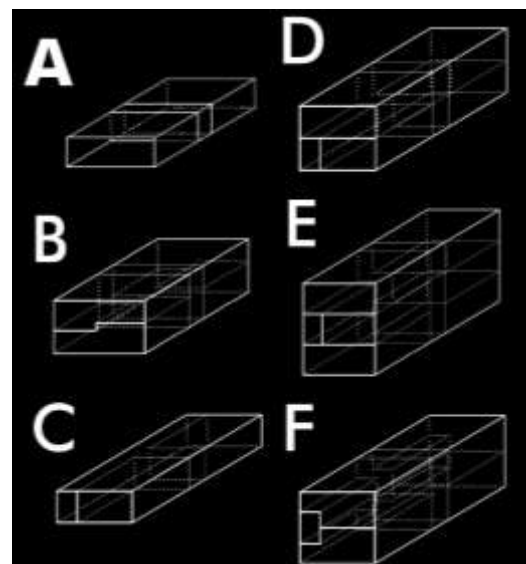


Figura 02. Células habitacionais tipos A, B, C, D, E e F propostas pelo Departamento de Tipologias da *Stroykom*. Fonte: VEGA, 2015, editado pela autora.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Habitação, Planejamento e Urbanismo

Sobre estas tipologias celulares é possível observar que as categorias A e B representaram os esquemas de habitação dispostos em ambos os lados com um núcleo de comunicação vertical. Os esquemas C, D e E correspondiam a uma forma convencional de empilhamento, em que um único corredor dava acesso a uma, duas e três plantas, respectivamente. O tipo F, mais singular, intercalava o corredor entre dois andares.

O Departamento de Tipologias, sob o comando do arquiteto Moisei Ginzburg, realizou uma série de análises das dimensões e circulações das cozinhas convencionais representativa das habitações, cuja superfície era de aproximadamente 7,13 m², num processo similar àquele efetuado por Christine Frederick (1919) no contexto norte-americano (ver Figura 03). No projeto deste espaço, que incluía os equipamentos e utensílios habituais da cozinha, estavam representados, também, o fluxo e a sequência das tarefas correspondentes à preparação e ao fornecimento dos alimentos. A série de análises consistia em seis etapas, que incluíam o acesso aos utensílios, a coleta de alimentos na geladeira, a limpeza na pia, a preparação de alimentos, a cocção e, finalmente, a montagem dos pratos.

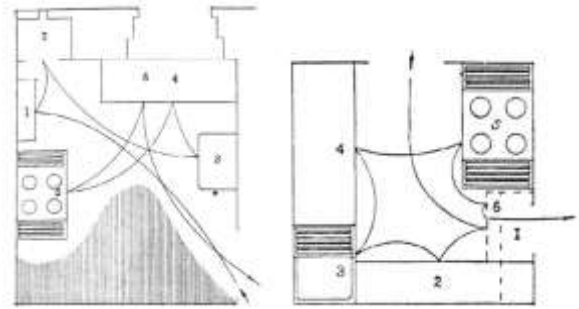


Figura 03. Plantas das cozinhas tradicionais russas, à esquerda, e do projeto racionalizado proposto pela *Stroykom*, à direita. Fonte: VEGA, 2015, editado pela autora.

Sob a premissa de que o planejamento ideal da cozinha seria aquele que minimizasse o deslocamento do usuário, o Departamento de Tipologias desenvolveu um novo projeto, denominado Cozinha Racionalizada da *Stroykom*, no qual área foi reduzida para 4,5 m². Nesta solução, o volume do mobiliário, constituído por armário, geladeira, pia e fogão, foi distribuído sequencialmente, de acordo com a análise da culinária tradicional. Entretanto, este tipo de cozinha fechada continuou representando uma solução onerosa para o Estado soviético, principalmente ao se analisar habitações cuja área útil era inferior a 50m². Sob a influência do projeto de Margarete Schütte-Lihotzky (1927), a Cozinha de Frankfurt, o Departamento de Tipologias desenvolveu um novo modelo ainda mais racionalizado. Com o mobiliário incorporado em uma área mínima, a cozinha passou a se integrar na sala de jantar como um armário (ver Figura 04).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Trabalho e Políticas

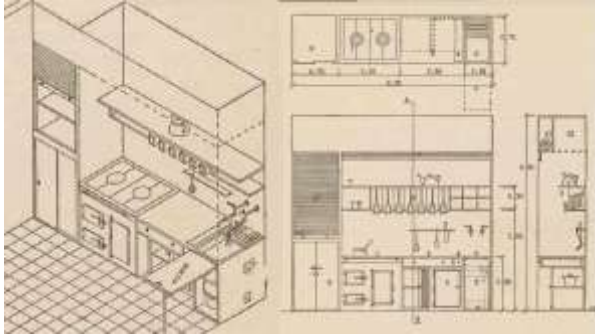


Figura 04. Modelo de cozinha racionalizada da Stroykom, em perspectivas à esquerda, e em planta e elevações à direita. Fonte: VEGA, 2015, editado pela autora.

A cozinha-armário da *Stroykom*, como foi denominado o projeto, foi organizada em quatro módulos independentes, com 0.5m de largura e 0.7m de profundidade, que abrigavam todos os equipamentos necessários para o funcionamento de uma cozinha residencial (ver Figura 05). Quanto à economia espacial, a cozinha-armário ocupava apenas 1.4 m², que significava uma economia de área de 80% em comparação com a cozinha tradicional e 69% sobre a cozinha racionalizada do *Stroykom* (VEGA, 2015).

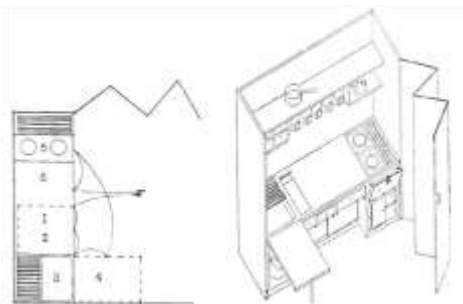


Figura 05. Planta e perspectiva da cozinha-armário. Fonte: VEGA, 2015, editado pela autora.

Essas soluções projetuais adotadas para possibilitar a rápida estandardização da nova

habitação do proletariado representavam, sobretudo, a preocupação econômica e com a eficiência construtiva do Estado Soviético. A aprovação de cada um dos modelos concebidos estava condicionada à sua rentabilidade econômica, conseguida através da redução das áreas úteis superficiais das habitações e do cálculo de suas eficiências financeiras. As margens de tolerância econômica permitidas foram sistematizadas por meio de curvas de eficiência que, ao serem sobrepostas, permitiam a avaliação dos intervalos das superfícies úteis concebidas para cada arquétipo e evidenciavam sua resposta financeira (ver Figura 06).

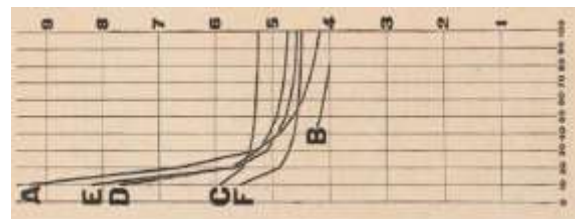


Figura 06. Diagrama das rentabilidades de cada tipologia desenvolvida pela *Stroykom* em 1929. Fonte: VEGA, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão aqui apresentada buscou mostrar, brevemente, aspectos ligados aos reflexos da configuração do espaço doméstico na construção social do papel da mulher e na divisão sexual do trabalho. A experiência vivenciada pelo primeiro momento do Estado Soviético (1917-1940) foi fundamental para aprofundar o diálogo entre feminismo e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Habitação, Trabalho e Urbanismo

arquitetura, por evidenciar a força do patriarcado e da imbricação entre produção e reprodução social. Neste sentido, a construção do espaço adquire novas diretrizes a partir dos discursos políticos, ideológicos e das condições socioeconômicas ocorridas nos diferentes momentos históricos objetos de análise, o que cristaliza a característica moldável que a prática arquitetônica apresenta.

Evidencia-se, portanto, que, apesar de manifestar um discurso inicial de libertação feminina, o interesse do Estado Soviético e das propostas apresentadas pelos arquitetos construtivistas de reorganização espacial do ambiente doméstico estava completamente ligado às questões construtivas e à rentabilidade econômica que cada projeto traria para o plano de desenvolvimento industrial e para o processo de standardização das habitações que solucionariam a crise habitacional vivenciada na URSS.

A concepção da “nova mulher” soviética, sem as amarras da exploração de classe e das opressões advindas das relações desiguais de gênero, mostrou-se um projeto utópico, marcado por contradições e impasses, apesar da inegável contribuição que esse momento histórico representa para a luta feminista, tendo em vista todas políticas públicas criadas na URSS que procuravam a emancipação feminina da realização exclusiva das

atividades de cuidado, educação e manutenção do lar, além da tentativa de inserção das mulheres na esfera pública e no poder político.

REFERÊNCIAS

BARRADAS, A. A família na União Soviética. Crise e reconstituição 1917/1944.

Disponível em:

<<http://cemflores.blogspot.com.br/2017/03/a-familia-na-uniao-sovietica-crise-e.html>>

Acesso em jun 2018.

BUONICORE, A.C. As mulheres e a luta socialista. In MACIEL et al (orgs). Revolução Russa: processos, personagens e influências.

Goiás: CEPEC, 2007. Disponível em

<http://www.nupemarx.ufpr.br/Trabalhos/Externos/BUONICORE_Augusto_As_mulheres_e_a_luta_socialista.pdf> Acesso em mai 2018.

ENGELS, Friederich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HAYDEN, Dolores. The Grand Domestic Revolution. 1ª edição. The MIT Press paperback edition. Massachusetts, 1982.

HEITLINGER, Alena. Women and State Socialism. PALGRAVE MACMILLAN UK, 1980.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

ambos os lados da Universidade de Pernambuco

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KOLLONTAI, Alexandra. A nova mulher e a moral sexual [1918] Rio de Janeiro: Global, 1978.

NYE, Andrea. Teoria Feminista e Filosofias do Homem. Rio de Janeiro, Record. 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SENNÁ, Thaiz Carvalho. O Jenotdel e a questão feminina na Rússia soviética (1917-1930): o Departamento de Mulheres no partido comunista em meio à revolução russa. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

VEGA, Daniel Movilla. Vivienda y Revolución. El Concurso entre camaradas de la OSA, la Sección de Tipificación del Stroykom y la Casa Experimental de Transición Narkomfin (1926-1930). Tese de Doutorado. Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, 2015.

WIGLEY, Mark. Untitled: The Housing of Gender. In Sexuality and Space. ed. Beatriz Colomina, 327-389. Princeton Papers on

Architecture. Princeton, N. J.; Princeton University School of Architecture, 1992.